

ALEXSANDERFERRAZ - 4/1/19



Projeto também permite ao tomador, à medida que for honrando os pagamentos, contratar mais crédito: inadimplência impedirá acesso

Câmara facilita uso de imóvel em mais de um financiamento

Projeto, que ainda será avaliado pelo Senado, cria marco legal para garantia de crédito

DE BRASÍLIA

A Câmara aprovou ontem o projeto de lei que cria um marco legal para o uso de garantias destinadas à obtenção de crédito no País. Pelo texto, será possível utilizar um mesmo imóvel como garantia em diferentes operações de financiamento, o que não é permitido atualmente. Foram 260 votos favoráveis e 111 contrários. O texto ainda precisa do aval dos senadores.

De autoria do agora ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, quando ele integrava a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, o projeto determina que a

operacionalização desse serviço fique a cargo de instituições privadas gestoras de garantias (IGGs), enquanto o Conselho Monetário Nacional (CMN) deve ficar responsável pela regulamentação e o Banco Central pela supervisão.

Com as IGGs, se uma pessoa comprar um carro ou uma casa, por exemplo, em alienação fiduciária, poderá usar esse bem como garantia em outras operações financeiras, exceto quando há inadimplência. Atualmente, em casos como esse, o indivíduo não tem a propriedade do bem até que o empréstimo seja quitado.

No entanto, o relator da

PENHORA

O Ministério da Economia argumenta que as novas regras devem reduzir custos e juros de financiamento, além de aumentar a concorrência no setor.

A proposta ainda acaba com o monopólio da Caixa nas operações sobre penhoras civis. Partidos de esquerda tentaram derrubar essa medida, mas não conseguiram.

proposta, o deputado João Maia (PR-RN), ao acatar duas emendas ao texto, inseriu um mecanismo para instituir procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em

caso de inadimplência da alienação fiduciária.

MAIS CRÉDITO

O projeto também permite que, à medida que o tomador de empréstimo for honrando os pagamentos, poderá também tomar mais crédito. O governo argumenta que as novas regras devem reduzir custos e juros de financiamento, além de aumentar a concorrência.

A proposta ainda acaba com o monopólio da Caixa nas operações sobre penhoras civis. Partidos de esquerda tentaram derrubar essa medida, mas não conseguiram. (EC)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia **Caderno:** B **Página:** 1